

■ POLÍTICA

GRAMPO TELEFÔNICO

Sarney arquiva pedido ao Conselho de Ética para investigar ACM

Sônia Cristina Silva
de Brasília

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), arquivou o pedido do PT para que o Conselho de Ética investigue denúncias do suposto envolvimento do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) nos gramos telefônicos na Bahia. Ontem, Sarney voltou a defender que é preciso esperar uma decisão da Justiça, mas o PT voltará a insistir na investigação pelo Conselho. O partido deverá apresentar hoje um recurso contra o arquivamento do pedido.

Sarney disse que irá cumprir a Constituição, pela qual os crimes comuns dos senadores são julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "Há duas maneiras, conforme a Constituição, pelas quais os senadores podem ser cassados por motivos anteriores à posse: abuso de poder econômico durante a eleição e quando tenha sido condenado e com sentença transitado em julgado pela Justiça", disse o presidente do Senado.

"Se outro tribunal de exceção, esse não respeita a lei; eu tenho que respeitar", emendou Sarney. Ele explicou que arquivou o pedido do PT ao Conselho de Ética porque recebeu apenas uma cópia do documento para tomar ciência dos acontecimentos.

"O presidente do Conselho não me pediu qualquer providência e eu apenas tomei ciência e determinei o arquivamento; apenas recebi um expediente para tomar conhecimento", afirmou o presidente do Senado, afirmando que o pedido do PT não apresenta provas.

O pedido foi entregue na semana passada ao presidente do Conselho de Ética pela bancada do PT no Senado. Juvêncio Fonseca remeteu cópias do documento para

Sarney e para o delegado da Polícia Federal que investiga o grampo dos telefones da Bahia. O presidente do Conselho coloca em dúvida a real disposição do PT. "Para mim, o PT está fazendo jogo de cena e não quer a abertura de processo de cassação", disse ele ontem. "Se eles (a bancada do PT) têm provas, deveriam requerer a abertura do processo; não posso agir sozinho", ataca Juvêncio.

O PT alega não ter solicitado a abertura de processo justamente por não existirem ainda as provas. "Por isso mesmo estamos pedindo apuração, para realização de diligências", disse a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Ela acusa Juvêncio de estar agindo de forma diferenciada em relação a casos passados. "Até agora, o conselho tem aberto investigações, à exceção do caso do ex-senador Luiz Estevão, quando houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito", alegou.

Salvador

Ontem, em plena quarta-feira de Cinzas, parlamentares da oposição voltaram à carga pedindo a apuração da escuta telefônica ilegal na reabertura dos trabalhos da Câmara Municipal de Salvador e da Assembléia Legislativa do Estado. Na Câmara ocorreu discussão e empurra-empurra entre vereadores do PT e PC do B e seguranças que não permitiram a entrada de um telefone grampeado de isopor que as oposições vêm usando nas manifestações públicas.

Os vereadores pretendiam constranger o prefeito Antônio Imbasahy (PFL) ligado ao senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) na reabertura dos trabalhos legislativos. Nessa sessão, somente o prefeito discursa, de acordo com as normas.